



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATIBA/ES

## LEI MUNICIPAL Nº 828/2017

### DISPÕE SOBRE O TICKET- FEIRA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IBATIBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBATIBA, ESTADO DO ESPÍRITO FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a instituir o **PROGRAMA TICKET-FEIRA**, que será fornecido aos servidores públicos municipal, para ser utilizado nas feiras livres de produtores rurais do Município de Ibatiba – ES e coordenado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.

**Parágrafo único** - Poderão participar do programa, apenas feirantes cadastrados na Associação de Feirantes de Ibatiba.

**Art. 2º** - O Ticket-Feira terá valor de R\$ 12,00 (doze reais) mensais e prazo de validade de 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento.

**Parágrafo único** - O benefício não se incorporará à remuneração do funcionário ou servidor e sobre ele não incidirão quaisquer contribuições trabalhistas, previdenciárias, fiscais, bem como não servirá para cálculo de vantagens funcionais.

**Art. 3º** - Farão jus ao recebimento do Ticket Feira instituído nesta Lei, os servidores públicos municipais de Ibatiba, excluindo-se apenas os Secretários Municipais, Controlador Geral, Procurador Geral e os detentores de Cargos eletivos (Prefeito e Vice-Prefeito).

**Art. 4º** - Verificada a ocorrência de pagamento indevido do Ticket Feira, será descontado do funcionário no pagamento do mês subsequente.

**Parágrafo único** - O Ticket-Feira somente poderá ser utilizado no local da Feira, sendo que a utilização em descumprimento desta Lei poderá acarretar em punição ao servidor e ao feirante.

**Art. 5º** - As despesas com o Ticket Feira serão pagas diretamente a Associação de Feirantes através de repasse, mediante a apresentação e aprovação de prestação de contas.

**Art. 6º** - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o orçamento no valor das despesas e a proceder alterações e inclusões orçamentárias e no Plano Plurianual - **PPA** que se fizerem necessárias para o cumprimento da presente Lei.

**Art. 7º** - O chefe do Poder Executivo Municipal poderá editar normas complementares necessárias à fiel execução desta Lei.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATIBA/ES

**Art. 8º** – Fica dispensada a apresentação de impacto orçamentário e financeiro que se refere o § 5º, do Art. 17, da Lei Complementar nº 101/2000, por ser despesa já prevista na Lei Orçamentária Anual de 2017.

**Parágrafo único** – Os pagamentos referentes ao ano de 2017 serão realizados conforme disponibilidade financeira e retroativo ao mês de janeiro do corrente ano.

**Art. 9º** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e em especial a Lei Municipal nº 544/2009 e o Decreto nº 19/2013.

Autor: Prefeito Municipal – Luciano Miranda Salgado

**Gabinete do Prefeito de Ibatiba - Estado do Espírito Santo, aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete (10/08/2017).**

### **Certidão de Publicação**

Certifico para os devidos fins nos termos da Lei Orgânica Municipal, que a presente Lei foi publicada no quadro de avisos da Prefeitura de Ibatiba, no dia 10 de agosto de 2017.

**Claudimira Maria dos Santos Dias**  
Chefe de Gabinete

**Luciano Miranda Salgado**  
Prefeito de Ibatiba